

O crescimento do número de falências em todo o País, no mês passado, foi de 21% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo

levantamento em todas as juntas comerciais. Apesar desses fortes indícios de que se abrirá um período de recessão na economia brasileira,

o presidente do BNDES, empresário Márcio Fortes, garante que as medidas tomadas pelo governo, principalmente

na área das micros, deterá o processo. Os empresários paulistas, porém, acham que é preciso mais:

sugerem estímulo ao consumo, a poupança e à construção de habitações.

COMO NÃO CAIR NA RECESSÃO



Gerdauro por um final feliz



Márcio Fortes dá autógrafa



Peter Mangels

Eugênio Staub



Amato: pedidos cancelados.

Mais estímulo ao consumo

Os empresários acham que a recessão já está pondo suas mangas de fora. Mas acreditam que o governo pode evitar que ela atinja toda a economia. O jeito é deslocar rapidamente os recursos crescentes da poupança para o sistema habitacional e para obras de infra-estrutura básica (saneamento, luz, etc.). A partir daí, novos empregos garantirão o consumo que começa a dar sinais de debilidade junto ao comércio e à indústria. Assim, o final feliz: a economia estaria reequilibrada. Eis a proposta do presidente do Grupo Gerdauro, Jorge Gerdauro Johanpeter, que participou ontem do lançamento do livro *História Empresarial Vivida*.

Ele identifica como os demais empresários, claros sinais da recessão na retração de consumo de bens duráveis. Disse que o consumidor é inteligente e preferiu poupar a comprar, aguardando que os juros baixem, como promete o governo. Além disso, o consumidor sentiu a fome do Leão do Imposto de Renda. "Há um desvio de recursos do consumidor para o pagamento de tributos", observa Peter Mangels, presidente do Grupo Mangels. Por isso, ele também "sente" a recessão como Horácio Cherkasski, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Papel e Celulose: setorialmente.

Porque no seu setor — papel, celulose e embalagens —, por exemplo, a coisa ainda anda bem, com a demanda maior que a oferta. Sebastião Burbulhan, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de São Paulo, já não pode dizer o mesmo. Para o setor de Burbulhan, a recessão é um fato que atinge, especialmente as micro, pequenas e médias empresas. Os dados fornecidos pelo empresário: a queda "brusca" do consumo no setor desativou praticamente uma centena de microprodutores de calçados no sul de Minas, reduziu em 50% as pequenas empresas de Birigüi (SP) e provocou retração semelhante no pólo de Jaú (SP). "O sindicato dos trabalhadores de Franca acusa oito mil desempregados e o patronal quatro mil", informa Burbulhan.

O próprio presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, confirma essa situação, especialmente no varejo. "Os pedidos nas fábricas estão sendo, em parte, cancelados", admite Amato, mas descartando uma recessão com formas nítidas: "Não sabemos ainda se essa movimentação deve-se à reposição dos estoques que ocorre mais lentamente".

"Agora, diz Amato, que há um prenúncio de recessão, há. Só que o governo hoje nos prometeu que deslocaria mais dinheiro do Pis-Pasep para as micro e pequenas empresas, além de abrir uma nova faixa de recursos do Banco do Brasil para pagamento de impostos e de encaminhar uma proposta ao Congresso, no que se refere à pessoa física" (provavelmente, segundo Mário Amato, transferir o pagamento adicional deste ano para o próximo, deixando mais dinheiro na praça).

Para Eugênio Staub, presidente do Grupo Gradiente, "existe um início de processo recessivo" revelado, sobretudo, por sintomas mais comuns: retração rápida da demanda, investimentos suspensos e falta de matéria-prima. Angelo Calmon de Sá, presidente do Banco Econômico, observa os mesmos indícios, mas entende que seria preciso promover um desaquecimento na economia para adequar a demanda à oferta.

O empresário e integrante do Conselho Superior da Ordem dos Economistas, Miguel Colassuono, vê sinais de recessão em setores importantes: bens de consumo e construção civil. E isso, segundo Colassuono, o governo sabe, porém "mesmo consciente de que poderá gerar desemprego não toma a atitude monetária necessária, com medo do veto político-ideológico do seu partido, o PMDB".

Sérgio Leopoldo Rodrigues.

O BNDES, preocupado em garantir crescimento de 7%.

Uma das prioridades: apoio às pequenas e médias empresas.

Não haverá recessão este ano, segundo o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Márcio Fortes. Pelo contrário, o presidente do principal agente do desenvolvimento mantido pelo governo acredita num crescimento de 7% do produto interno bruto (PIB) em 1987.

Fortes adiantou esse prognóstico, garantindo que não se trata de vontade política, ontem, em São Paulo, em entrevista a Julio Moreno e Vicente Dlanezi Filho. Ele também disse que a discussão sobre privatização ou estatização está ultrapassada: "Quem discute isso, hoje, está perdendo tempo". O presidente do BNDES, que esteve presente ao lançamento do livro *História Empresarial Vivida*, informou que a instituição está estudando uma forma de passar para a iniciativa privada a sua participação de 40% no capital da Aracruz Celulose.

Com um discurso de quem pretende fazer muita coisa, Fortes disse que São Paulo não perderá sua participação relativa nos investimentos da instituição, mas que outras regiões do País terão seus recursos elevados. Reconheceu que há um problema com a correção plena da OTN sobre os empréstimos do banco concedidos recentemente. Sobre o assunto, disse que o Conselho Monetário Nacional baixará, em breve, medidas para atenuar o problema. Ele informou ainda que as pequenas e médias empresas, seja em São Paulo ou Nordeste, serão um dos principais alvos da instituição.

JT — Qual é a sua tarefa na Presidência do BNDES?

Márcio Fortes — Propomos uma participação inovadora no processo econômico brasileiro. O BNDES deve ser um agente de mudança, pois o Brasil exige modernidade. O empresariado no Brasil é antigo do ponto de vista conceitual. Os mais antigos esperam paternalismo do Estado, que não virá, e os mais modernos aguardam um desenvolvimento como o da década de 70, que já passou.

JT — Como o senhor vê o problema da privatização?

Fortes — Essa discussão está superada. Não existe essa coisa de patriotismo estatal e competência da empresa privada. Todos estão a serviço do benefício comum, do povo, e não apenas do Brasil. Perde tempo quem insiste nessa discussão. O modelo do Brasil não será o dos países desenvolvidos nem os do Sudeste Asiático, que têm uma boa estrutura econômica, exportam bem, mas o povo passa mal.

JT — Qual é esse modelo?

Fortes — Não sei, temos de buscá-lo juntos. O BNDES, por exemplo, em suas políticas operacionais tem feito mudanças em função das necessidades do povo brasileiro.

JT — Neste momento, qual é a política?

Fortes — Pensamos a médio e longo prazo. Ficamos pairando sobre a conjuntura. O que é uma vantagem. Temos certeza de que

o desenvolvimento é o nosso futuro.

JT — Empresários e economistas estão falando hoje de recessão. Qual é o cenário do BNDES para 1987?

Fortes — Não há possibilidade de ocorrer recessão, ou seja, o crescimento negativo da economia. O BNDES trabalha com uma perspectiva de crescimento de 7% neste ano. Na verdade, estamos numa profunda turbulência, causada pela introdução do cruzado, uma técnica introduzida fora dos padrões. Hoje temos de buscar as relações entre preços e salários. Mas existe uma brutal distância entre a dita recessão e a diminuição do consumo em relação a 1986. Tenho certeza de que ele não ficará abaixo dos níveis de 1985.

JT — O que lhe dá essa certeza?

Fortes — O orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento para 1987 é de 140 bilhões de cruzados.

JT — Mas quanto o FND tem hoje?

Fortes — Hoje ele tem em caixa 40 bilhões de Cruzados. Além disso, o BNDES já tem programas para aplicação de 45 bilhões de cruzados.

JT — Por que o BNDES não apóia as empresas com problemas de capital de giro?

Fortes — O BNDES é um agente executivo do Conselho do FND. Realmente há dificuldades de curto prazo como os juros altos. Mas não é tarefa do FND aplicar em capital de giro. O governo já tomou a medida levando os bancos a aplicar 15 bilhões de cruzados em capital de giro para pequenas e médias empresas. Isto ainda não foi visto por causa da paralisação dos bancos nos últimos dias. O papel do FND é de financiar o desenvolvimento brasileiro.

JT — O que o BNDES está fazendo pela pequena e média empresa?

Fortes — Destinamos 25 bilhões de cruzados para as pequenas e médias empresas com juros entre 4% e 12% ao ano mais correção da OTN.

JT — A propósito: muitos mutuários dos bancos de desenvolvimento estão surpresos em ter seus saldos devedores corrigidos pela variação plena da OTN em 28 de fevereiro, embora tivessem levantado o empréstimo uma semana antes. O BNDES vai rever esse problema?

Fortes — Isso não pode surpreender. Essa regra era conhecida. O problema é que no ano passado imaginava-se que agora a correção da OTN seria de 20%. O Conselho Monetário Nacional, contudo, está imaginando medidas para aliviar os danos causados pela correção. Mas é preciso entender que esses créditos não são de curto prazo para ser pagos em dois, três meses mas em 15 anos. Há tempo para um ajuste entre preços e custos que permitirá a mudança desse perfil.

JT — O que o senhor pretende fazer no BNDES. Sua presença significa uma mudança de rumos?

Fortes — Um comandante, para mudar o

rumo de um navio, precisa dar 73 voltas naquela roda. Há trabalho continuado. Espero contribuir com inovações. A tecnocracia precisa agregar contribuições que venham de fora, dos políticos. Sou egresso da campanha eleitoral de 1986. Não quero agradar a população do banco mas conquistá-la. Quero que ela entenda que está a serviço da população.

JT — Voltando aos investimentos, até agora não foi definido o plano de expansão da Aracruz Celulose, que previa um investimento de um bilhão de dólares. Apesar disso, há falta de celulose no País. Por que o plano está parado?

Fortes — Ele não parou. Apenas está sendo atualizado em razão dos novos custos. A nova fase de expansão ficará em um bilhão de dólares. Ao mesmo tempo, estamos formulando uma ação tática para passar nossa participação de 40% para a iniciativa privada. As negociações são demoradas, mesmo porque a Souza Cruz (British American Tobacco) está no projeto desde o primeiro momento, assumindo todos os riscos.

JT — O BNDES pretende privatizar mais empresas?

Fortes — Não gosto da palavra privatização. Ela parece uma expiação de cultura, que se deve pagar pecados. A palavra, contudo, existe até no próprio banco e significa devolver à iniciativa privada, propiciando o desenvolvimento brasileiro.

JT — Quantas empresas o BNDES controla?

Fortes — Temos o controle de cerca de uma dúzia de empresas e uma participação importante em outra dezena.

JT — A presença de um carioca no BNDES significa mais recursos para o Rio de Janeiro?

Fortes — São Paulo lidera a iniciativa privada e, não fosse a visão de longo prazo do BNDES, o Estado ficaria com uma participação de 95% nos recursos do banco. O Rio de Janeiro, que gera 12% do PIB, fica com 5%. Não tenho nada contra os paulistas mas as aplicações do banco devem ser diferenciadas. Não podemos usar critérios de resposta numérica, caso contrário não estaríamos promovendo o desenvolvimento nacional como um todo. Isto não significa menos recursos para São Paulo mas mais recursos para o resto do Brasil. Os mutuários paulistas merecem todo o nosso respeito e estamos chamando os investidores daqui para aplicarem conosco em outras regiões.

JT — Qual é o orçamento do BNDES para este ano?

Fortes — Temos 140 bilhões de cruzados, dos quais de 25 a 30% vão para o Nordeste do País em investimentos de infra-estrutura, como energia elétrica, transportes (vias e veículos), irrigação e os pólos petroquímicos e alcoquímicos de Salvador e Maceió. Além das pequenas e médias empresas, que naquela região têm mais peso percentual que no Sudeste e Sul do País.

Falências: numero sobe.

As Juntas Comerciais de todo o País registraram no mês passado o crescimento de 21% no número de falências de empresas, em comparação com o mesmo período de 1986, com um total de 2.850 extinções contra 2.359. Segundo o Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), do Ministério da Indústria e do Comércio, órgão responsável por esse levantamento, os dados sobre extinção devem ser examinados com reserva, pois não representam a totalidade real das baixas. Isso porque muitas empresas encerram suas atividades e não procuram as Juntas Comerciais para formalização, por terem de quitar débitos junto à Previdência Social e à Secretaria da Receita Federal. No bimestre janeiro/fevereiro deste ano, em relação ao mesmo período de 1986, o número de falências subiu 5%.

Em relação ao número de registros de novas empresas, as Juntas Comerciais apresentaram no bimestre janeiro/fevereiro de 1987 expansão de 60% sobre os registros de 1985, com 79.250 contra 49.575. Das empresas criadas nesse período, 54.959 optaram pelas condições de microempresa e, além disso, foram enquadradas nessa categoria 12.889 empresas. Dessa forma, no primeiro bimestre deste ano foram constituídas e enquadradas 67.648 microempresas, o que eleva esse universo em todo o País para 1.262.822. Se comparado apenas o mês de fevereiro deste ano, com fevereiro de 1985, o número de constituições de novas empresas registrou incremento de 76%.

Apesar desse crescimento, o Departamento Nacional de Registro do Comércio destaca que esses dados não constituem parâmetro seguro para projeção relativa a 1987. Indicam, porém, que o volume de constituições, quando comparados com igual período de 1985, atingiu novo patamar substancialmente superior. Segundo esse departamento, a tendência até o final do ano é que o número de extinção de empresas cresça ainda mais e que o número de registro de novas empresas diminua.

Previsão: PIB de 2,5%.

Até um dos idealizadores do Plano Cruzado começa a perceber os indícios da recessão vivida pelo País em 1981. O economista Francisco Lopes disse ontem em Belo Horizonte que, "numa projeção a mais otimista possível", o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano não deve ultrapassar os 2,5%. E sugeriu que o governo defina com urgência as novas medidas econômicas para evitar que se repita um quadro econômico semelhante ao da primeira metade da década atual, "ou talvez até pior".

Segundo Francisco Lopes, já se verifica uma acentuada queda na massa salarial e relativo decréscimo na produção industrial e na taxa de emprego. Previu também que, mesmo sendo adotadas agora medidas de impacto, seus efeitos só se farão sentir no decorrer do segundo semestre. "O primeiro semestre de 1987 já está perdido em termos de resultados econômicos", disse o economista, prevendo para este ano uma inflação superior a 300% "se não forem adotadas medidas rápidas e consistentes".

Quanto ao superávit da balança comercial, Francisco Lopes se mostrou mais otimista que o próprio governo, prevendo US\$ 9 bilhões para este ano devido à safra agrícola, contra US\$ 8 bilhões da expectativa oficial. "Só que até agora não tomei conhecimento de qualquer tentativa de definição do governo em relação a um programa de exportação do excedente agrícola", advertiu.

Ao criticar mais uma vez o recurso da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, Francisco Lopes afirmou que agora será mais difícil a renegociação.

As vendas do comércio, começando a cair.

O movimento no comércio varejista da Grande São Paulo caiu significativamente nos dois primeiros meses do ano e deve cair mais ainda a partir de março, em função da queda do poder aquisitivo da população. A opinião é do presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman, que ontem divulgou os dados sobre o crescimento das vendas em janeiro e em fevereiro.

Pelas estatísticas da entidade, as vendas caíram 6,7% em fevereiro em comparação com o mês anterior e 1,7% em comparação com fevereiro do ano passado. No cômputo geral do bimestre, a queda foi de 1,3% em relação ao mesmo período de 86. "As vendas só não foram mais baixas porque os empresários usaram criatividade e agressividade para vender mais,

A queda mais acentuada foi registrada no setor de veículos, em que as vendas caíram 35,4%, segundo Szajman por causa da redução na demanda por carros usados, da falta de automóveis novos e das notícias sobre suspensão do empréstimo compulsório. As maiores altas aconteceram nos setores de farmácias e perfumarias (54,18%), cenefoto-som (42,13%) e tecidos (39,54%).